



Ofício N° 109/20

Natal (RN), 10 de setembro de 2020

À

Pedro Lopes de Araújo Neto

M.D. Controladoria Geral do Estado - CONTROL

Centro Administrativo

Nesta

Senhor Controlador,

Segundo o Manual de Demonstrativos Fiscais 2020 da Secretaria do Tesouro Nacional, 10ª edição (https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:32202), **"todos os poderes e órgãos disciplinados no art. 20 da LRF devem apresentar, no seu demonstrativo, a parcela das despesas com inativos vinculados a esse poder ou órgão. Para permitir a elaboração do Demonstrativo da Despesa com Pessoal com essas informações, o RPPS deverá manter registros destacados das receitas e despesas de cada um dos Poderes. O RPPS deve, ainda, ter condições de fornecer as informações necessárias que possibilitem ao respectivo Poder ou órgão utilizar tais informações para fins de elaboração do seu RGF, mediante apuração dos valores brutos de inativos e pensionistas, assim como do montante de inativos e pensionistas pagos com recursos do RPPS (04.01.01.01 Conteúdo do Demonstrativo - páginas 511/512)."**

Assim, considerando o direito à informação preconizado nos art. 6º e 7º da Lei Estadual nº 9.963, de 27 de julho de 2015, assim como a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, REQUEREMOS:

1 - Informação se o registro contábil das despesas com inativos dos poderes ou órgãos com autonomia financeira estão sendo computados nos respectivos poderes ou órgãos com autonomia financeira, como preconiza a Secretaria do Tesouro Nacional;

2 - O valor do gasto bruto mensal com inativos e pensionistas de cada poder ou órgãos com autonomia.

Atenciosamente,

JANEAYRE ALMEIDA DE SOUTO

Presidente